

A discussão não é a política da identidade – por um marxismo mais amplo

Por Jéssica Milaré

Na sexta-feira, 1 de setembro, foi publicada neste blog o texto [A política da identidade](#), uma tradução de um texto da Sharon Smith em que ela critica essa política. Embora o texto traga questionamentos pertinentes, acredito que ele é equivocado e confunde os conceitos. É preciso desfazer essa confusão e trazer o debate marxista para que, de fato, tenhamos uma compreensão correta do que é a identidade e para que possamos minimamente entender essa questão tão complexa da realidade.

O que é política da identidade?

Na verdade, não existe uma política da identidade. O termo refere-se a qualquer política que reivindique as identidades, seja uma política marxista, “pós-marxista” ou pós-moderna. Como define Wiarda (2016, p. 150):

Quase todos os autores [...] concordam que o uso original [da política da identidade] data das décadas de 1970 ou mesmo 1960. O termo política da identidade emergiu da atmosfera politicamente mais radical daqueles tempos. E surgiu originalmente como uma forma de aumentar a consciência entre os grupos marginalizados e como meio de empoderar aqueles grupos que se sentiam oprimidos pela sociedade ao redor deles.

Sharon Smith apresenta outra caracterização do que seria a política da identidade. Ela contrapõe a sua visão marxista à política defendida por Ernesto LaClau e Chantal Mouffe, que,

na verdade, são pós-marxistas e defendem a radicalização da democracia. Neste sentido, o que está realmente em debate no texto de Smith não é a “política da identidade”, mas sim a política da democracia radical como estratégia de libertação da humanidade.

Nós, marxistas revolucionárias, somos a favor da luta pela radicalização da democracia, assim como somos a favor de toda luta por direitos das pessoas exploradas e oprimidas. O que nos diferencia de LaClau e Mouffe, entretanto, é que **não acreditamos que essa luta poderá chegar até o fim na sociedade capitalista**. Todas essas lutas, para nós, são justas e devem servir como ferramentas a favor da revolução socialista e da libertação da humanidade. Temos um objetivo pelo qual lutaremos até o fim: a libertação da humanidade de toda forma de opressão e exploração.

Neste sentido, tenho acordo com Sharon Smith. Qualquer tentativa de acabar com as opressões que não passe pela revolução socialista, por mais importante que seja, é ilusória, limitada. Os movimentos de luta contra as opressões, portanto, devem também se dirigir contra os capitalistas e o sistema que eles geram. Logo, o aliado estratégico destes movimentos é o proletariado, inclusive quando contraditoriamente a luta concreta é contra a opressão no interior do proletariado.

A dialética entre a luta contra as opressões e a luta contra o capitalismo

O problema é que, ao criticar a visão de LaClau e Mouffe, Sharon Smith enverga a vara e acaba caindo numa visão mecanicista:

Mas, a política da identidade não reconhece o potencial da consciência de massas de mudar. Por essa razão, as teorias da política da identidade só podem ser aceitas nos mais elevados níveis de abstração. Ernesto LaClau e Chantal Mouffe, os

originadores da política da identidade, não parecem nem remotamente preocupados com a aplicação prática da teoria exposta em seu livro, Hegemonia e Estratégia Socialista. LaClau e Mouffe emergiram da ala pós-modernista da academia que floresceu nos anos 80, propondo um conjunto de teorias que visavam provar que a sociedade existe não como um sistema econômico e social coerente e unificado, mas numa gama de relações subjetivas.

Afirmar que LaClau e Mouffe não reconhecem “o potencial da consciência de massas de mudar” é uma distorção muito equivocada. Deve-se entender que a questão em debate é **como mudar** a consciência das massas, e neste sentido estou com LaClau e Mouffe: os movimentos auto-organizados dos setores oprimidos são fundamentais para a luta contra as opressões, inclusive para lutar contra setores do proletariado. De fato, ao contrário do que afirma Smith, **é impossível unificar toda a classe trabalhadora na luta específica contra as opressões**. É verdade que é possível, sim, que a luta contra as opressões arraste um amplo setor do proletariado como aliado, mas outro setor também se alia à defesa das opressões. A visão de uma classe trabalhadora unificada na luta contra o machismo, o racismo, a LGBTfobia, a xenofobia, o capacitismo, etc, é uma visão absolutamente idealista, porque na realidade não pode se concretizar.

Isso não quer dizer que a luta contra as opressões e a luta por uma nova sociedade, sem opressões nem exploração, são impossíveis. Muito pelo contrário, apenas muda a **forma** como levamos adiante esta luta. A luta contra uma determinada forma de opressão não é uma luta de todo o proletariado contra a burguesia, mas sim uma luta política dos movimentos de luta contra as opressões contra todas as instituições e agentes que defendem as opressões. E às vezes, sim, infelizmente, essa luta é contra agentes machistas, racistas, LGBTfóbicos, xenofóbicos, etc, no interior proletariado. Mesmo neste último caso, essa luta é indispensável para a revolução socialista.

Essa afirmação pode parecer contraditória. Mas a contradição não está neste texto e sim na realidade, porque a realidade é cheia de contradições. Neste tema, recomendo o texto [*O que é um sujeito social?*, de Santiago Marimbondo.](#)

Seria o capitalismo um sistema “coerente e unificado”?

Smith acaba dando um tiro no próprio pé do marxismo, recorrendo a uma visão positivista, ou seja, materialista e mecânica, quando dá a entender que o sistema capitalista é “coerente e unificado”. Apesar de muitas pessoas criticarem o marxismo por supostamente defender que o mundo é unicamente determinado pelas relações econômicas e pela luta de classes, essa não é a tese marxista. O sistema socioeconômico no qual vivemos não é coerente, mas contraditório. Também não é unificado, mas sim uma síntese de várias partes.

É verdade que as diversas ideologias que se manifestam na nossa consciência não têm o mesmo poder que as relações de propriedade. A família Marinho, que controla a mídia no Brasil, sem dúvida tem muito, muito mais poder sobre o destino deste país do que qualquer homem branco, heterossexual e cisgênero de uma classe intermediária. É bem provável que nenhuma pessoa, no mundo todo, tenha tanto poder quanto Trump neste momento, justamente porque ele está na direção do Estado Burguês mais poderoso do mundo.

Mas isto não basta para compreender a realidade. A determinação econômica não é a única determinação e a exploração não é a única fonte de poder. No livro *Sobre o Suicídio*, Marx (2013, p. 28-29) faz uma afirmação bastante curiosa sobre a França: “A Revolução não derrubou todas as tiranias; os males que se reprovavam nos poderes despóticos subsistem nas famílias; nelas eles provocam crises análogas àquelas das revoluções”. Assim, mesmo depois que os monarcas absolutistas foram derrubados, depois que a determinação material deixou de existir, a cultura absolutista continuou a

existir e a perpetuar seu poder nas famílias. Este poder não é, de modo algum, impotente ou ineficaz, afinal, segundo Marx, ele era responsável por alguns dos suicídios por ele relatado. Para dar um exemplo concreto e atual: ainda que o coronelismo tenha oficialmente morrido com a República Velha, ele continua a existir em figuras nefandas como a de José Sarney.

No texto, Sharon Smith nega que as relações pessoais sejam políticas:

Ao mesmo tempo, a experiência pessoal é bem separada do reino da política, que envolve estratégias para afetar a sociedade de conjunto. A Identidade pessoal só se torna política quando se move para além do reino das experiências de vida e se torna uma estratégia para a luta contra a opressão. Todo conjunto de políticas é fundado numa teoria – nesse caso na análise das causas fundamentais da opressão. Então, a análise da opressão informa a política dos movimentos sociais contra a opressão.

Afirmo, como Gramsci, que, na verdade, tudo é política. Em última instância, não existe separação entre o que é pessoal e o que é político, essa separação é uma abstração, como explica Heleieth Saffioti (2015, p. 85).

As mulheres lidam, via de regra, muito bem com micropoderes. Não detêm savoir faire no terreno dos macropoderes, em virtude de, historicamente, terem sido deles alijadas. Mais do que isto, não conhecem sua história e a história de suas lutas, acreditando-se incapazes de se mover no seio da macropolítica (Lerner, 1986). Entretanto, quando se apercebem de que há uma profunda inter-relação entre a micropolítica e a macropolítica, elas podem penetrar nesta última com grande grau de sucesso. Na verdade, trata-se de processos micro e processos macro atravessando a malha social. Não há um plano macro e um plano micro, como creem certos intelectuais (Guattari, 1981; Guattari e Rolnik, 1986). Evidentemente, há

uma malha grossa e uma malha fina, uma sendo o avesso da outra e não níveis distintos. E as mulheres sabem como tecer a malha social, operando em macro e em microprocessos. Tornar a consciência dominada das mulheres (Mathieu, 1985) detentoras deste conhecimento certamente aumentaria seu número na política institucional e em outras instâncias de decision making.

A negação de que a política permeia todos os âmbitos da vida social faz com Smith negue também que as opressões são relações de poderes reais que estão disseminadas por toda a sociedade:

Num nível material fundamental, nenhum grupo de trabalhadores nunca se beneficia das formas particulares de opressão. [...] Os únicos beneficiários são os capitalistas, que acumulam maiores lucros, enquanto garantem a sobrevivência da dominação do sistema do lucro.

Daí, ao relatar as formas de opressão que ocorrem no interior da classe trabalhadora, Smith as reduz a comportamentos subjetivos (contradizendo, aliás, outras partes do texto, que afirmam que a opressão é objetiva):

É certo que os trabalhadores nem sempre se dão conta disso. Trabalhadores homens podem se comportar de forma absolutamente machista; trabalhadores brancos – homens e mulheres – podem praticar racismo; e trabalhadores hétero – negros, brancos, latinos – podem ser completamente homofóbicos. Mas estes comportamentos são subjetivos – variam de indivíduo para indivíduo e, ao contrário dos interesses objetivos que permanecem, fatores subjetivos mudam de acordo com as mudanças nas circunstâncias.

É verdade que, em relação à classe burguesa, toda a classe trabalhadora é prejudicada e enfraquecida por causa das

opressões. Mas isso é só meia verdade, pois, por exemplo, em relação às mulheres, por exemplo, os homens são beneficiados e fortalecidos com a existência do machismo. Estes privilégios, que dão sustentação para a existência das opressões, não se resumem à questão salarial, como também se verificam na divisão dos trabalhos domésticos, dos cuidados com as crianças, no acesso à vida pública e ainda no poder que o homem tem para exercer violência psicológica, física ou sexual contra a mulher. Todas as pessoas (ou pelo menos quase todas) da classe trabalhadora carregam, dentro de si, um pouco do poder estrutural dado pelas opressões.

Não há duas esferas: uma das relações interpessoais (relations sociales) e outra das relações estruturais (rapports sociaux) como querem certas feministas francesas e algumas brasileiras. Não existe a classe social como entidade abstrata. Uma classe social negocia com outra através de seus representantes, que tampouco são entidades abstratas, mas pessoas. Todas as relações humanas são interpessoais, na medida em que são agenciadas por pessoas, cada qual com sua história singular de contactos sociais. Por mais que desejem desvincular-se desta história para representarem sua classe, seu passado e sua singularidade pesam tanto que se chamam alguns de bons negociadores e outros de maus negociadores. O mesmo se passa com as categorias negros e brancos. Afirmar que as relações de gênero são relações interpessoais significa singularizar os casais, perdendo de vista a estrutura social e tornando cada homem inimigo das mulheres. Nesta concepção, o encontro amoroso seria impossível. E ele é possível, apesar de os destinos de gênero traçados pelas estruturas de poder apresentarem muita força. Em outros termos, nunca é demais realçar, o gênero é também estruturante da sociedade, do mesmo modo que a classe e a raça/etnia. Percorrendo a literatura sobre violência contra crianças e adolescentes no Brasil, verificou-se que só as classes sociais eram tomadas como categoria histórica fundante, passando-se ao largo da raça/etnia e do gênero.

Ora, são palpáveis as diferenças entre as formas de violências que atingem brancos e negros, assim como meninos e meninas (Saffioti, 1997b). O privilegiamento da classe social obscurece as demais clivagens existentes na sociedade.

(Saffioti, 2015, p. 86-87)

0 marxismo e a defesa da identidade

Não existe separação entre a “identidade pessoal” e a luta política. A identidade, pelo contrário, tem natureza política. A defesa da identidade é parte essencial da luta dos setores oprimidos, sem a qual ela sequer pode existir. Defender a identidade não é dizer que a luta pertence única e exclusivamente aos oprimidos, muito pelo contrário, essa luta pode e deve arrastar o máximo possível de aliados, mesmo entre setores oprimidos.

A Revolta de Stonewall, de 1969, é um dos exemplos mais visíveis desta política. Durante a revolta, gritos de “Poder Gay” foram entoados. A reivindicação da identidade gay e do orgulho gay foram as principais armas contra os policiais agressores. O movimento GLF (*Gay Liberation Front*) que surgiu logo após a revolta, ao contrário dos movimentos homófilos daquela época, usava abertamente a palavra gay em seus panfletos e convidava as pessoas a saírem de seus armários para defender sua identidade e seus direitos. Ora, nós sabemos que a revolta não foi feita única e exclusivamente pelas LGBTs. Também sabemos que a GLF não defendia nenhuma proibição a que pessoas não-LGBTs participassem da luta. Pelo contrário, o manifesto da GLF do Reino Unido é de inspiração marxista. Alguns membros da GLF dos EUA eram marxistas, como por exemplo a mulher trans Sylvia Rivera. O Partido dos Panteras Negras, que defendia a palavra-de-ordem “Poder Negro”, era marxista.

Neste sentido, defendo um marxismo mais amplo, mais criativo e

que sempre busque a melhor interpretação, o melhor diálogo e a melhor crítica das teorias não-marxistas. O marxismo não deve descartar as teorias por completo, mas sim incorporar o que nelas há de mais correto, tudo o que for do interesse histórico da revolução socialista, e criticar todos os elementos que são barreiras a este objetivo.

Por tudo isso, é preciso um marxismo que defenda, sem reservas e sem hesitar, o direito à identidade, pois só assim a revolução socialista mundial será possível.

Referências

WIARDA, Howard J. *Political Culture, Political Science, and Identity Politics: An Uneasy Alliance*. Londres: Routledge, 2016.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, Patriarcado, Violência*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, Karl. *Sobre o suicídio*. São Paulo: Boitempo, 2013.

imagem: "Suíte Santa Fé" (2010) – Bill Barret